

Acordo da dívida confunde

Senadores ficam
em dúvida se devem
apoiar documento

Externa

* 8 MAI 1991

Banco Central
diz ao FMI que
controla moeda

BRASÍLIA — Depois de três horas ouvindo opiniões divergentes sobre o acordo da renegociação dos juros atrasados da dívida externa, os senadores encarregados de analisar o documento ficaram tão confusos que o vice-presidente da comissão, Ruy Bacelar (PMDB-BA), chegou a dizer que não sabe se o apoio do Senado prejudica ou ajuda o Brasil.

O ex-ministro da Fazenda Bresser Pereira recomendou a aprovação do acordo, que ainda será detalhado com os banqueiros internacionais, enquanto o economista Paulo Nogueira Batista acusou a equipe econômica de ter “cedido demais e agora vai pagar mais do que pode aos credores”. O presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, não só se manifestou contra qualquer pagamento aos credores como pediu ao Congresso que faça uma auditoria sobre a dívida externa brasileira.

Nogueira Batista, um dos mentores da moratória da dívida externa durante o governo Sarney, criticou o acordo acertado pela equipe econômica com os bancos credores, que acabou ficando muito diferente da proposta inicial da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. “O Brasil anunciou em outubro que só pagaria US\$ 1,2 bilhão de atrasados e, no final, está concordando em remeter aos banqueiros US\$ 3,8 bilhões.” Para ele, “o Brasil está pagando US\$ 2 bilhões aos banqueiros só para poder continuar negociando”.

“O conceito de capacidade de pagamentos do Brasil parece ser muito elástico”, ironizou Paulo Nogueira Batista. “Nenhuma folga orçamentária foi criada que justifique a concordância em pagar mais aos credores.” O governo, disse, perdeu poder de negociação quando aceitou renegociar separadamente os juros e o principal atrasados da dívida de longo prazo que ainda não venceu.

Nogueira Batista lembrou que em 1988 o ministro Mailson da Nóbrega resolveu retomar os pagamentos aos banqueiros acreditando que eles passariam a conceder novos empréstimos. “Pagamos e o dinheiro novo nunca veio. Ainda não estamos num processo como o de 88, mas caminhamos para isso.” Nogueira Batista recomendou aos senadores que não aprove o acordo antes de conhecer em detalhes o que foi negociado. Neste momento, advogados brasileiros acertam com os credores, em Nova Iorque, um protocolo com todos os detalhes do que foi negociado.

O ex-ministro Bresser Pereira considera que o acordo é um progresso. “Estamos acertando o pagamento de apenas metade da dívida externa e isso já é um avanço.” Bresser disse que a equipe econômica “fez um recuo estratégico” porque os bancos norte-americanos fizeram operações que acabaram em prejuízo e passaram a pressionar o governo dos EUA e organismos internacionais para que houvesse um endurecimento com os países credores. Bresser alertou os senadores de que a rejeição do acordo enfraquecerá a posição brasileira nas novas renegociações.

Ao final, o senador César Dias (PMDB-RR) quis saber quais seriam as consequências para o Brasil se o Senado não aprovasse o acordo da dívida. “Haverá maior dificuldade do Brasil no FMI, no Banco Mundial e em outros organismos internacionais, que vêm sendo escandalosamente usados pelos banqueiros como instrumentos de pressão sobre os credores”, disse o economista Paulo Nogueira Batista.

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Luís Eduardo de Assis, traçou ontem para a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) um quadro bastante otimista da política monetária executada pelo governo. Segundo Assis, o BC tem hoje um controle total sobre a liquidez, que representa a quantidade de dinheiro em circulação na economia. “O poder do BC hoje é muito grande”, afirmou Luís Eduardo de Assis, para quem o estrito controle da moeda contribuirá de forma significativa para o fechamento de um acordo com o FMI.

Como exemplo da rigidez da política monetária, Assis citou as operações diárias executadas pelo BC para permitir aos bancos financiar os títulos públicos que têm em carteira. O BC vem recomprando por um ou dois dias os papéis federais de posse da rede bancária para dar liquidez ao mercado. As operações, já batizadas de *oversold*, dão um pequeno fôlego aos bancos, que logo depois voltam a recorrer ao BC por falta de dinheiro. “O mercado precisa de dinheiro e amanhece todos os dias com uma necessidade de Cr\$ 400 a 600 bilhões”, afirma o diretor.

Luís Eduardo de Assis disse ao FMI que a demanda dos bancos pelos títulos públicos continua muito alta, apesar das fortes críticas feitas pelo mercado à extinção do overnight e à criação dos fundos de aplicação financeira (fundões). “A rentabilidade é boa e não há risco de inadimplência dos papéis federais”, argumenta. A procura pelos títulos públicos, segundo Assis, está superando a necessidade de rolagem da dívida por parte dos bancos.

O chefe da missão do FMI, Thomas Reichmann, quis saber detalhes sobre as mudanças introduzidas no sistema financeiro nacional pelo Plano Collor — a criação da Taxa Referencial de Juros (TR) e dos fundões, os acordos para a rolagem da dívida pública de estados e municípios e, especialmente, sobre a devolução dos cruzados novos retidos a partir de setembro. Tudo isso para avaliar o impacto monetário das medidas sobre a economia.